

Reflexos de Macau em Lisboa: A Perspectiva do Jornal Republicano *A Vanguarda* (1894–1900)

CÉLIA REIS*

RESUMO: Este artigo procura mostrar a visão proporcionada por um jornal republicano de Lisboa — *A Vanguarda*. O olhar que aqui se encontra corresponde ao aspecto informativo, em alguns casos, mas também ao de combate, como era característico deste jornal. No entanto, mais do que lutar pelo que era específico de Macau, o que aí ocorria tinha correspondência nos processos políticos seguidos pelos monárquicos. As questões políticas tinham aqui um espaço importante, onde os boatos sobre os possíveis governadores iam surgindo. Entre aqueles que ocuparam esse cargo no período escolhido, Horta e Costa foi, sem dúvida, aquele que mais foi contestado, pelo confronto que internamente se sentia, entre ele, o secretário-geral e o juiz contra um outro grupo associado ao jornal *A Voz do Crente*. Contudo, como reflexo das preocupações coloniais que constituíam um dos assuntos especialmente ligados à propaganda republicana, as questões de relacionamento externo no contexto macaense ganharam mais destaque. Foi neste contexto que se movimentaram portugueses e chineses, com interesses e problemáticas diferentes, igualmente com algum lugar em *A Vanguarda*.

PALAVRAS-CHAVE: Macau; China; Imprensa; Governadores; Política; Colónias.

1. *A VANGUARDA*

A Vanguarda era um jornal republicano que surgiu a 9 de Março de 1891, nitidamente pouco depois do ‘31 de Janeiro’, a primeira tentativa de implantar a república em Portugal, e manteve-se em publicação até 1911.¹

No Verão de 1896, o jornal envolveu-se em

conflitos com os poderes públicos, levando à sua suspensão por 30 dias e à prisão do director. Em resultado, usou um processo habitual no jornalismo coevo, alterando a denominação, que passou a *Na Vanguarda*, durante aquele prazo. Também segundo o mesmo costume, a numeração do novo título estava acompanhada pela antiga. Neste caso,

* Célia Reis é doutorada em História Contemporânea pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Actualmente é professora em Torres Vedras, Portugal.

Célia Reis has a Ph.D. in Contemporary History from the School of Social Sciences and Humanities of the Nova University of Lisbon. She is currently a teacher in Torres Vedras, Portugal.



Fig. 1: O primeiro número de *A Vanguarda*, 1891. Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal, digitalizado a partir de: j-2981-g.

o número de 19 de Agosto de 1896 correspondeu ao 'Anno primeiro (sexto) – N.º 2 (1:861)'. Mais tarde, a partir de 18 de Setembro voltou ao título e cômputo anterior, 1891, como o que sabemos agora.

Uma nova alteração teve lugar a 13 de Novembro do mesmo ano, quando passou a ser simplesmente *Vanguarda*, com o número 3 (1947), devido à demora na habilitação do novo editor. Assim se manteve no período que aqui se analisa. Apesar destas alterações referidas, como facilitador da leitura, neste artigo usaremos sempre a denominação *A Vanguarda*.

Este diário integrava-se num grupo mais vasto de jornais com a mesma orientação política, o que, aliás, o comprova a própria vida política do seu

primeiro director, Alves Correia (1861–1900).² Este já passara pela *Folha do Povo*, *Século* e *Os Debates*, antes de se lançar em *A Vanguarda*. Incompatibilizando-se depois com a empresa que suportava o periódico, fundou *O País*. A estes títulos, no entanto, podemos somar outros.

Surgido pela mão de Alves Correia, em 1895 este indispôs-se com os empresários,³ sendo afastado e com ele partindo outros jornalistas, como França Borges (1871–1915). *A Vanguarda* passou, então, a ser dirigido por Faustino da Fonseca (1871–1918), que se manteve até 1898. Tratava-se de outro republicano aguerrido, que deixara a vida militar para se dedicar ao jornalismo, passando igualmente por vários periódicos que seguiam a sua opção política. Pela direcção deste, esteve preso durante três meses.⁴ Além disso, dedicou-se igualmente ao romance e outras obras literárias. Foi a 16 de Outubro de 1898 que Magalhães Lima (1850–1928) assumiu a direcção do jornal.

A feição republicana de *A Vanguarda* levou-o, naturalmente, a toda a campanha de oposição a pessoas e actos da monarquia, às suas decisões políticas ou de qualquer outra natureza, mas também lhe imprimiu uma feição algo socialista, chegando um dos elementos desta corrente, Ernesto da Silva, a integrar aqui os seus artigos durante algum tempo, em 1896, antes de entrarem em confronto.⁵

O surgimento e desenvolvimento de jornais como este que aqui estudamos, assumiam uma posição de combatente em favor dos ideais que reivindicavam, apelando ao seu desenvolvimento entre as massas, particularmente de proveniência urbana.⁶

Tal como noutras partes, a que se refere a colónias, tem um aspecto duplo entre o informativo e o opinativo/contestatário. Nesta via diferenciada, o mundo ultramarino ganhou espaço importante: era mais um campo crítico da administração

ESTUDOS DA IMPRENSA PERIÓDICA

monárquica, incapaz de dominar, organizar, defender, impor-se na cena internacional, numa fase em que as potências olhavam para África e Ásia com interesse colonizador. A condenação da fraqueza externa surgia, dessa forma, a par dos métodos usados pelos governantes, incapazes de proverem as medidas necessárias. Os comentários uniam também metropolitano e colonial, porque, afinal, o que governava Portugal reflectia-se nos espaços que o país dominava nos outros continentes.

O período que aqui se analisa, do início de 1894 a Março de 1900, corresponde aos governos de José Maria de Horta e Costa e Eduardo Galhardo.⁷ Homens diferentes, como é que se mostraram em Macau? Como é que um jornal republicano de Lisboa via a política seguida naquela pequena província ultramarina? Quais os aspectos ou dificuldades que se realçavam?

2. A ORIGEM DAS NOTÍCIAS

Foram muitas as pequenas notícias meramente informativas, frequentemente referentes a actos administrativos/burocráticos e comuns a todas as colónias: a nomeação de algum funcionário, a sua partida ou chegada, as licenças e transferências, promoções e exonerações, os assuntos sobre os quais se pronunciava a Junta Consultiva do Ultramar, etc. Outras enquadravam Macau em decisões comuns, como o imposto de tonelagem ou as taxas de correio. Eram particularmente provenientes da própria capital, por vezes do próprio *Diário do Governo*. Anotando esta existência, não é, no entanto, a que nos interessa aqui, em que se procuram os elementos mais específicos da província à beira da China.

Eram várias as formas como as notícias ou informações chegavam da província. Algumas vinham por telegrama ou eram recebidas do correspondente, que, em Agosto de 1895, confessou que deixara de enviar notícias pela acção conjugada

da sua preguiça e da pacatez vivida em Macau.⁸ Noutras ocasiões, dizia-se que as notícias tinham sido recebidas ‘por via d’um amigo’, que assinava como ‘do nosso correspondente especial’.⁹ Em Fevereiro de 1896, afirmou-se que tinham sido recepcionadas notícias referentes a 8 de Dezembro, assinadas por ‘C’, etc.¹⁰

Sem sabermos se o correspondente era sempre o mesmo, salientemos a primeira destas referências pelas considerações que se seguiram. Relatando uma situação que havia entre governador e a Misericórdia, analisada noutra parte, ele acaba por se reconhecer como republicano, dirigindo-se aos ‘outros, que não para os nossos correligionários que bem nos conhecem’. A sua intenção era então informar sobre os factos reais,

*porque politicamente não temos considerações para ninguém pessoalmente estamos muito desviados da atmosphaera onde se respira o incenso e a myrrha, que os bajuladores usam nas suas thuribulações.*¹¹

Note-se igualmente que a ligação entre Macau e Timor levou a que informações sobre esta última parte tivessem origem no correspondente macaense.¹²

Os jornais de Macau eram também uma fonte de informação. *A Voz do Oriente*, ou *A Voz do Crente*, foi o jornal que mereceu algumas referências pelos anos de 1895–1896,¹³ sobretudo em contestação a Horta e Costa — o Governador. Neste momento, o *Echo Macaense* encontrava-se juntamente no grupo desta última autoridade, tendo a filha do seu redactor principal, António Joaquim Basto, casado com o secretário-geral. Desta forma, neste período, este jornal mostrou-se interessado particularmente nas questões de política externa. Contudo, mais tarde, já durante o governo de Eduardo Galhardo, passou a ser muito mais usado como fonte do periódico

lisbonense. A citação de jornais metropolitanos, com correspondências ou notícias de Macau, foi igualmente usada na discussão.¹⁴

3. GOVERNO E GOVERNADORES

A 18 de Janeiro de 1894, uma pequena notícia dava conta da próxima partida de Horta e Costa, para tomar conta do Governo de Macau.¹⁵ Iniciava-se, desta forma, a informação sobre o seu governo, para o qual prestou juramento no mês seguinte;¹⁶ a primeira notícia complementava-se logo em seguida com um telegrama assinado pelo presidente do Senado, noticiando o baile de despedida do anterior governador, Custódio Borja (1849–1911), com a presença de mais de 400 pessoas de Macau e Hong Kong, incluindo o Almirante Sir Edmund Fremantle (1836–1929), Comandante da esquadra nos mares da China.¹⁷

Porém, a notícia da partida do novo responsável pela província esteve de imediato interligada com a crítica aos processos políticos portugueses, com a informação de que Horta e Costa se estava a esforçar para levar consigo o médico António Gonçalves Pereira (1855–1942), que há pouco regressara da Divisão Naval de Macau. O objectivo era que servisse em comissão como clínico do corpo de polícia, o que o jornal considerava supérfluo, não só porque tal corpo já tinha o seu médico, como ainda porque os quadros de saúde provincial e de divisão naval estavam preenchidos. A questão colocava-se então em função da necessidade de economia do país, pelo que serviu de ocasião para condenar o Ministro da Marinha, Neves Ferreira (1846–1902) dizendo que estava habituado a fazer disparates.¹⁸

De facto, este acontecimento integrou-se numa longa série de críticas, que continuaram, a este governante. O mesmo assunto foi veiculado em Setembro, comentando que o Ministério da Marinha era o que mais gastava e que servia para se anicharem afilhados; quando não havia lugar, criava-se. Assim

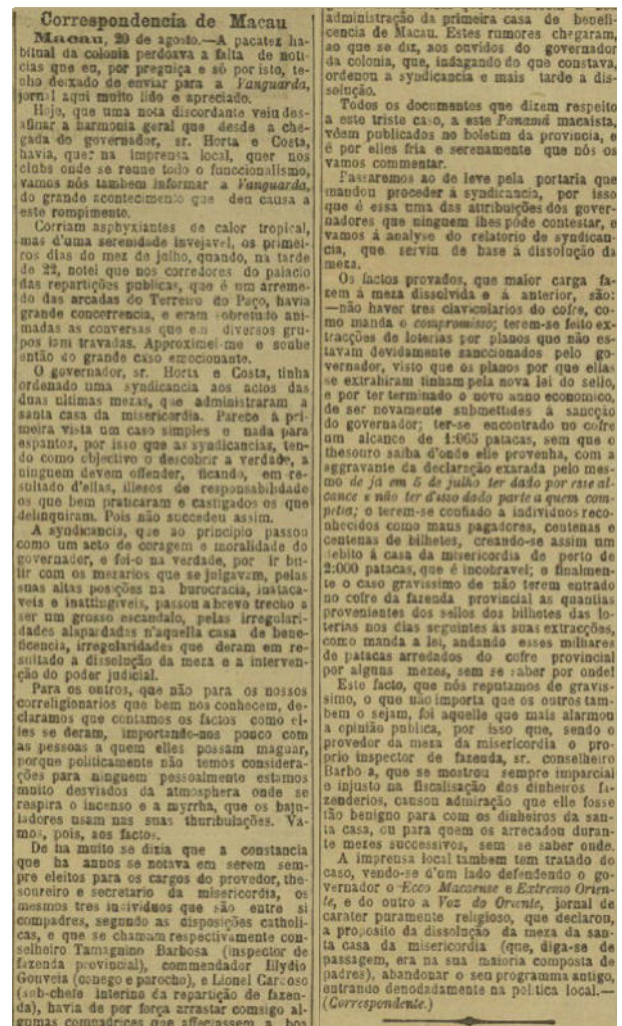


Fig. 2: Correspondência de Macau, 27 de Setembro de 1895. Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal, digitalizado a partir de: j-2981-g.

acontecera justamente com Gonçalves Pereira, que queria colocação em Macau porque se tinha casado aí.¹⁹

A questão que se colocava era, portanto, da natureza que ligava a decisão de autoridades metropolitanas e coloniais. Do mesmo modo se colocavam os actos eleitorais, cujos candidatos iam sendo noticiados, com maior ou menor veracidade: dizia-se em Fevereiro de 1894 que o candidato macaense seria o ex-Governador Custódio Borja, mas logo em seguida se soube que o indicado/eleito foi o próprio Ministro da Marinha, Neves Ferreira.²⁰

ESTUDOS DA IMPRENSA PERIÓDICA

As notícias de *A Vanguarda* eram lacónicas, sem mais comentários, contrariando as realidades locais, em que os boatos e informações estavam ligados a questões locais ao apoio ou primeira oposição ao novo governador. Num jornal para quem estes momentos assumiam grande importância na metrópole, fazendo a apologia do voto nos candidatos que apoiava, mas onde também se censuravam os processos, chamando ‘comédia eleitoral’,²¹ tal concisão acontecia, talvez, também como a continuação desse aspecto crítico: a realidade colonial era feita essencialmente pela escolha governamental.

Novas referências aos eleitos continuaram sintéticas, apenas indicando a eleição de Franco Frazão, a partir de 1897, e a sua aprovação pelo tribunal de verificação de poderes.²²

Nos acontecimentos referentes à política interna de Macau constata-se uma diferença entre os governos de Horta e Costa e o de Eduardo Galhardo. A primeira fase da governação de Horta e Costa ficou marcada, segundo o correspondente, pela harmonia, sentida também na imprensa e nos clubes onde se reunia o funcionalismo.²³ Porém, este ambiente político alterou-se no Verão de 1895, quando, pela descrição de *A Vanguarda*, passou a envolver dois grupos distintos: o Governador Horta e Costa, o secretário-geral Alfredo Lelo e o juiz Álvaro Maria de Fornelos constituíam um trio que se opunha ao conjunto em que estavam os professores Horácio Afonso da Silva Poiares (aí chegado em 1894)²⁴ e João Pereira Vasco e ainda o inspector da Fazenda, Artur Tamagnini Barbosa.

Foi em Setembro de 1895 que surgiu a notícia que haveria de desencadear uma trama de oposições. Uma sindicância tinha evidenciado irregularidades, entre as quais, um desfalque na Misericórdia macaense, o que levou o governador a dissolver a sua mesa. Entre os membros desta encontrava-se Artur Tamagnini Barbosa (1852–1906), que tinha o cargo de inspector da Fazenda. Nesta dupla posição sua,

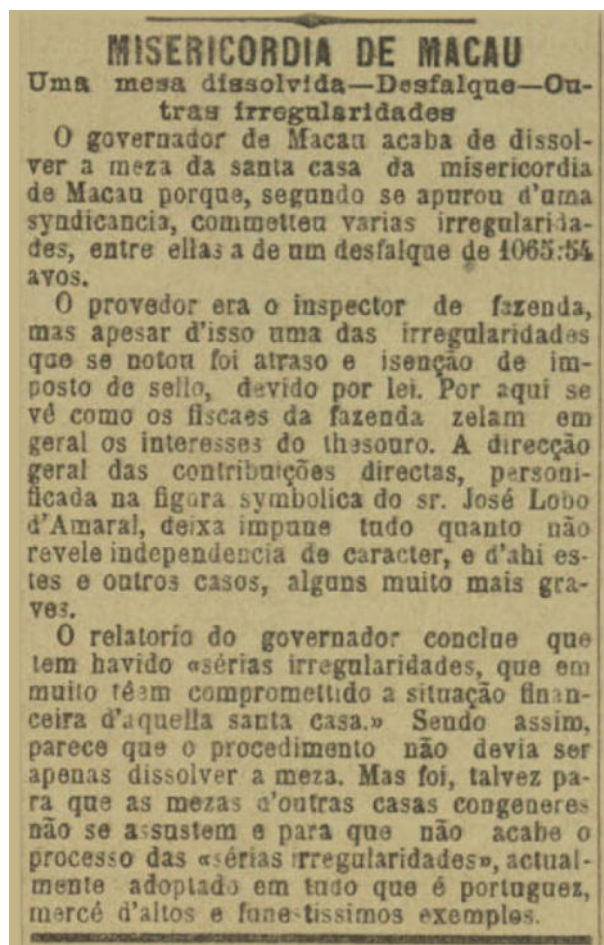


Fig. 3: Misericórdia de Macau, 15 de Setembro de 1895. Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal, digitalizado a partir de: j-2981-g.

o jornal tinha dificuldade em compreender como ele permitira o atraso e isenção do imposto de selo, o que levou também o jornalista a extrapolar para salientar a falta de zelo pelos interesses portugueses. Relativamente à questão mais específica, reflectia que Horta e Costa não se deveria ter limitado a dissolver a mesa da Santa Casa, ‘Mas foi, talvez para que as mezas d’outras casas congêneres não se assustem e para que não acabe o processo das “serias irregularidades”, actualmente adoptado em tudo que é português, mercê d’altos e funestíssimos exemplos’.²⁵ Depois o governador decidiu que a extracção da lotaria ficaria temporariamente suspensa.²⁶

Como se verifica, a situação serviu, nesta primeira fase, para a crítica republicana às instituições monárquicas. Porém, o assunto continuou a ser noticiado, agora especificamente pelo correspondente local. Tal sindicância ‘que ao princípio passou como um acto de coragem e moralidade do Governador, e foi-o na verdade, por ir bulir com os mesários que se julgavam, pelas suas altas posições na burocracia, inatacáveis e inatingíveis, passou a breve trecho a ser um grosso escândalo’²⁷ devido às irregularidades detectadas. Entre elas encontrava-se também a entrega de bilhetes de lotaria a maus pagadores, tornando-se incobráveis. Tratava-se de um caso que o correspondente do jornal chamou ‘Panama macaísta’, em comparação com o escândalo francês de 1892, ligado ao financiamento da construção do Canal do Panamá.²⁸

Em causa estavam então o provedor, tesoureiro e secretário, respectivamente Tamagnini Barbosa, cónego e pároco Ilídio Gouveia e o subchefe interino da Repartição de Fazenda, Leonel Cardoso, sobre os quais se murmurava devido à permanência continuada naqueles lugares e suspeitas de ‘compadres’. Sobre o primeiro salientou-se o contraste com o seu papel como inspector da Fazenda, mostrando-se ‘sempre imparcial e injusto na fiscalização dos dinheiros fazenderios [*sic*]’.²⁹

O que começou por ser um caso relacionado com a gestão de uma instituição de caridade tornou-se, então, o princípio de uma divisão cerrada entre os grupos locais, a que a própria imprensa aderiu: segundo o correspondente, o *Echo Macaense* e o *Extremo Oriente* apoiavam o Governador, enquanto *A Voz do Oriente* se manifestou na oposição, deixando a sua tradicional isenção.³⁰ Como se notou, deixou de se dedicar exclusivamente a assuntos religiosos, como até aqui, para se enquadrar na defesa de Tamagnini Barbosa e seu grupo.³¹ Partindo do princípio que, como já se anotou, se tratava de *A Voz do Crente*, é preciso também lembrar que o padre

Ilídio Gouveia, uma das vítimas da sindicância, fazia parte da sua redacção.

Foi este jornal que trouxe a crítica, ao condenar Horta e Costa pela sua escolha dos membros da comissão de sindicância: o juiz Álvaro Fornelos (reconhecido como inimigo do provedor), Pedro Nolasco da Silva e Patrício da Luz; os dois últimos, tendo integrado mesas anteriores, sindicavam as suas próprias decisões. De início, *A Vanguarda* afirmava não se envolver na discussão por falta de elementos para uma análise imparcial.³²

Algum tempo depois, no entanto, o jornal de Lisboa intensificou o seu interesse pelo que se passava em Macau, ligando o governador, o secretário-geral e o juiz. As ocasiões foram várias: o governador pretendia abandonar a colónia em breve; o banquete que as pessoas mais gradas lhe ofereceram foi muito limitado e os funcionários só compareceram devido ao seu cargo.³³ Numa outra face, Tamagnini Barbosa e o professor liceal João Pereira Vasco vieram para a metrópole devido à queixa do governador e porque, em Conselho de Ministros, o Ministro da Marinha e Ultramar, Ferreira de Almeida (1847–1902), não assumiu a responsabilidade pelo sucedido, que ‘segundo consta, não abona muito o governo de Macau’.³⁴ Afinal, falou-se na hipótese, duvidosa, de o inspector da Fazenda ser transferido para a Índia, obrigando a que outro funcionário permanecesse em Macau, responsabilizando-se por aquela repartição.³⁵ Algum tempo depois, como que salientando o apoio a Tamagnini Barbosa, informou que o mesmo foi convidado pela Junta Consultiva do Ultramar para dar esclarecimentos sobre uma proposta relativa a foros ultramarinos.³⁶

A partida destes três elementos terá constituído uma manifestação contra o governador, o secretário-geral e o juiz.³⁷

De todo o conjunto que chegava e que ganhava espaço em *A Vanguarda*, realçava-se ‘que a administração do Sr. Horta e Costa não satisfaz os

ESTUDOS DA IMPRENSA PERIÓDICA

seus administrados, e que o Sr. Ministro da marinha deve olhar com detida atenção para o que se está passando n'aquelle governo', e que, nas palavras do correspondente, o 'desvairamento na administração d'esta colonia continua a desprestigiar o bom credito do nome portuguez'.³⁸

Mas, mais do que o governador, era o secretário-geral, Alfredo Lelo o principal contributo para as queixas. Natural do Porto, bacharel em Direito, tinha passado pelo Governo de Moçambique, antes de ir para Macau,³⁹ onde o seu casamento com a filha do Comendador António Joaquim Basto tinha já sido notícia em *A Vanguarda*, no final de 1894. O seu padrinho fora o governador,⁴⁰ em cujo ânimo se tinha insinuado, tornando-se seu protegido e impondo a sua vontade, segundo o correspondente. Contra ele havia acusações de, não obstante o seu cargo oficial, ter estabelecido banca de advogado e trabalhar para diversas companhias monopolistas, que estavam sob fiscalização governamental, 'Isto é, recebe d'elles anualmente grossas quantias'.⁴¹ A Lisboa, entretanto, sabia-se que tinham chegado dois caixotes que o mesmo enviara para 'vultos da situação', porque aquele 'se desfaz em chinesices quando vê nuvem negra'.⁴²

No início de Dezembro de 1895 incrementaram-se as acusações, depois da recepção de um telegrama de Hong Kong (o que era visto como uma prepotência do governador, que impedia o seu despacho local) a informar que 'Poiars atacado ferido palácio governo'. Em explicação aos seus leitores, explicou que Horácio Poiars,⁴³ professor do Liceu de Macau e colaborador no jornal *A Voz do Crente*, que se destacara no ataque ao grupo do governador e que recebera ameaças, fora chamado ao palácio do governo e agredido pelo ajudante do governador.⁴⁴ Em crescendo, começaram depois a salientar o receio de que Poiars voltasse a ser agredido.⁴⁵ Este professor tornou-se, então, uma figura central, defendida porque, Poiars 'movido

unicamente por patriotismo e amor á justiça, tem combatido os desvarios d'aquellas três auctoridades, que parecem apostadas em desacreditar-nos mais perante os estrangeiros', quer pela sua acção como jornalista, quer porque veio a ser igualmente o advogado do agente de companhias de navegação inglesa, a quem a secretaria do Governo/secretário Lelo cobraram despesas exorbitantes.⁴⁶ *A Vanguarda* fazia em Lisboa a repercussão da guerra jornalística e do funcionalismo que acontecia em Macau e que acabou por levar à suspensão dos dois periódicos da província.⁴⁷

A situação de Macau era comentada na Arcada, isto é, no Terreiro do Paço⁴⁸ e *A Vanguarda* reflectiu-o ainda outras vezes, consoante o prazo de chegada das notícias.⁴⁹ Mas este assunto acabou por deixar de aparecer. Em Junho de 1896, finalmente, se ironizava sobre as fotografias que o grupo do governador, secretário e juiz, com os seus ajudantes, tinham tirado.⁵⁰

Naturalmente que toda esta situação que, durante este período, mereceu tanta atenção do jornal *A Vanguarda* também se reflectia na crítica ao governo central, que, conhecendo a situação, não agia;⁵¹ por favoritismo é que não tirava o trio tão contestado em Macau.⁵² Foi, então, para o deputado que, da província se enviou um telegrama, tendo este parlamentar prometido chamar a atenção para as ocorrências;⁵³ uma comissão, a que se juntou o conselheiro Tamagnini Barbosa, entregou em Lisboa uma representação contra o juiz.⁵⁴ Mas a realidade é que se considerava que havia uma protecção do administrador e do seu grupo. Perante o eminente regresso de Horta e Costa, o redactor ironizava que o Ministro da Marinha teria 'ocasião de poder apresentar esse padrão de gloria do Sr. Horta em Conselho de Ministros, onde tanto tem sido defendida a administração d'este Governador'.⁵⁵ Ainda houve, no entanto, espaço para a crítica por não ter chegado a apresentar credenciais no Sião

e por, no seu regresso, a bagagem chegar livre de direitos,⁵⁶ assim como para informar que o mesmo foi agraciado com o título de conselheiro.⁵⁷ Depois, em ironia, comentou a notícia de outro jornal sobre a acumulação dos vencimentos com os de Ministro Plenipotenciário do Japão e da China, sobretudo para crítica à política do país.⁵⁸

Depois da saída de Horta e Costa, o secretário-geral Lelo tornou-se o Governador interino, recebendo um louvor pelos seus actos.⁵⁹ Em Lisboa, a substituição daquele anterior governante proporcionou, como muitas vezes e para muitos lugares sucedia, o aparecimento de boatos com possíveis nomes para o cargo. Falou-se no capitão José Lobo, ajudante do Rei;⁶⁰ soube-se, depois, que o major Fernandes Costa não aceitava o Governo de S. Tomé nem o de Macau e que o conselheiro Lacerda seria nomeado para um deles.⁶¹ Afinal, foi o coronel Eduardo Rodrigues Galhardo quem partiu para Macau, na companhia de alguns funcionários,⁶² enquanto o secretário-geral Lelo teve de sair e voltar para Lisboa.⁶³

Este governador não era uma figura desconhecida das páginas de *A Vanguarda*, especialmente pela sua participação nas campanhas militares em Moçambique, em 1894. O que agora destacou o herói africano no seu governo macaense foi, para além de algumas medidas noticiadas, essencialmente o conflito em que se envolveu com oficiais da estação naval local e que correspondia a uma questão de poderes diferenciados, de ministérios diferentes, no mesmo espaço. Um incidente ocorreu em 1897 e esteve relacionado com as ordens de partida de um vapor para Timor. Numa primeira informação, Galhardo terá dado voz de prisão ao comandante da esquadilha e da canhoneira *Bengo*, 1.º tenente Artur José dos Reis. De acordo com a notícia, o Ministério da Marinha concordou e ‘quis fazer *caixinha* d’esta noticia — como se diz em *calão* jornalístico [...]’, mas acabou

por se tornar pública.⁶⁴ Afinal do dia seguinte já se verificava que os factos eram um pouco diferentes, mas que a Armada condenava o governador. Quanto ao jornal de Lisboa, não se pronunciou até conhecer toda a situação.⁶⁵ Manteve-se a questão, nomeada ‘Incidente de Macau’, que deu lugar a um auto de delito.⁶⁶ Sem pronunciamento directo, o que se encontra em *A Vanguarda*, quase dois meses depois, é o contentamento com a resolução da contenda favorável ao tenente Reis,⁶⁷ cujas qualidades se louvavam, e que por decisão da Majoria General da Armada, com a aquiescência do Director Geral do Ultramar (Dias Costa) ficou em liberdade e com todos os seus direitos. Corria então que o coronel Galhardo pediria a demissão.⁶⁸ O tenente Reis voltou depois a Macau, ao comando da canhoneira.⁶⁹ Podemos ler a notícia como uma crítica indirecta ao governador, que, depois desta fase, entrou num registo jornalístico menos anguloso.

No final do seu governo, já depois de correrem boatos em Lisboa sobre um possível pedido da sua demissão,⁷⁰ Galhardo voltou a entrar em conflito com os oficiais da estação naval, mas as notícias foram mais sucintas.⁷¹

Abriam-se agora os boatos sobre a substituição do governador. No que foi considerado uma ‘brincadeira carnavalesca’, lia-se uma transcrição de *A Tarde* e *O Século* sobre a notícia da nomeação de Amâncio de Alpoim para Macau. O que estava em causa era sobretudo a crítica aos processos governamentais de entrega de cargos importantes a familiares, com destaque para José de Alpoim, então Ministro dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça: ‘Espera-se exoneração do Sr. Galhardo. Quer dizer: trata-se de levar a pedir a exoneração para arranjar buraco onde encafuar o mano.’⁷²

Seguiu-se o nome de Álvaro Ferreira, então Governador de Moçambique, em viagem para Lisboa, e que deveria ser transferido para a província junto à China, passando o coronel Galhardo para a Índia; até

ESTUDOS DA IMPRENSA PERIÓDICA



Fig. 4: Retrato do Governador José Maria Horta e Costa (1858–1927), década de 1900, autor desconhecido. Fonte: Wikimedia, [https://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Maria_de_Sousa_Horta_e_Costa#/media/Ficheiro:Conselheiro_Jos%C3%A9_Maria_Horta_e_Costa_-_Brasil-Portugal_\(1Ago1900\).png](https://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Maria_de_Sousa_Horta_e_Costa#/media/Ficheiro:Conselheiro_Jos%C3%A9_Maria_Horta_e_Costa_-_Brasil-Portugal_(1Ago1900).png).

à chegada daquele, Alfredo Lelo assumiria o governo interino. Apesar da publicação da nomeação,⁷³ quem acabou por ter este cargo foi Horta e Costa, no regresso dos regeneradores ao poder.

Quando ainda se iniciava o governo do coronel Galhardo, mantinha-se em Macau Álvaro Fornelos, não obstante ter já sido decidida a sua transferência para Cabo Verde três meses antes. As queixas contra ele partiram agora de José da Silva, ‘velho e honrado jornalista’ macaense, numa carta que dirigiu ao director de *A Vanguarda*, no final de Junho de 1897. O protesto devia-se à recusa do magistrado em habilitar-lhe a retoma da publicação de *O Independente*, que mantivera até havia cerca de dois anos. Afirmava aquela figura macaense que fora sempre isento na sua carreira, atacando os

abusos de autoridade, a imoralidade e a corrupção. O juiz afirmava publicamente que não daria aval a qualquer jornal, talvez por receio de expôr os seus actos ilegais, afirmava José da Silva, apelando à imprensa do reino para interceder por ele. Acrescentava ainda que não se dirigia directamente às autoridades públicas porque as queixas contra o magistrado nunca tinham consequências, o que o fazia sentir muito protegido.⁷⁴ Foi provavelmente a saída de Álvaro Fornelos que levou a que esta queixa não prosseguisse e *O Independente* voltasse à leitura dos macaenses.

As questões jornalísticas voltaram a colocar-se no final do governo de Galhardo. O *Echo Macaense* denunciou um escândalo relativo à concessão de passaportes portugueses a chineses que emigravam para a América, o que levou a uma sindicância à Secretaria-Geral.⁷⁵ Foi usando o periódico de Macau que *A Vanguarda* explicou os acontecimentos,⁷⁶ depois completados com as informações relativas ao processo levantado contra o editor do mesmo jornal macaense e ao autor da notícia local.⁷⁷

4. OS HABITANTES

O destaque concedido aos habitantes encontrou-se essencialmente na sua emigração como cules, para outras províncias. A primeira notícia deste período foi a da contratação de 600 trabalhadores chineses para S. Tomé, estando Fernando Celle de Meneses como representante dos agricultores desta ilha.⁷⁸ O facto apenas noticiado tornou-se, no entanto, uma indignação, expressa nas partes transcritas da carta de Fevereiro de 1895: o transporte de cules no navio *África* foi visto como um espectáculo vergonhoso dado aos estrangeiros pela utilização de embarcação estatal para ‘escravatura branca’. A juntar ao escândalo, tinham permanecido na província macaense os soldados que tinham terminado serviço ou estavam reformados e deveriam regressar a Portugal:



Fig. 5: Retrato do Governador Eduardo Augusto Rodrigues Galhardo (1845–1908), década de 1900, autor desconhecido. Fonte: Wikimedia, [https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Eduardo_Augusto_Rodrigues_Galhardo_\(Archaeological_Survey_of_India,_Goa\).png](https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Eduardo_Augusto_Rodrigues_Galhardo_(Archaeological_Survey_of_India,_Goa).png).

‘E isto tudo para o governo beneficiar compadres!’⁷⁹ Portanto, a habitual crítica sobre procedimentos era acrescida com uma informação que radicava em sentimentos criados por elementos antigos, de quando a emigração chinesa pelo porto de Macau se tornou um incómodo.⁸⁰

A referência à ida de 67 cules de Macau para Timor, no entanto, só surgiu numa acusação a Alfredo Lelo, pelo grande volume de despesas de secretaria pagas pela companhia de navegação inglesa.⁸¹ O tratamento diferente devia-se, provavelmente, ao destino: tratava-se agora de um espaço para onde a emigração sínica era habitual.

Todavia, a maioria da população, sendo de origem chinesa, apresentava outras questões ao jornal. Vivendo em território português,

mantinham uma posição especial de ponte com os seus congêneres do Celeste Império. Numa fase em que as revoltas grassavam à volta de Macau, temia-se, especialmente, a possibilidade de elas aqui se repercutissem. No final de 1895, criticando mais uma vez o governo e os seus erros, na metrópole ou nas colónias, salientavam a agitação em Macau:

*O elemento china fomenta aleivosamente as rebeliões e o decreto levantando tropas já deu tristes resultados na India e póde continuar a ter repercussão alli, porque os nativos estão agarrados á terra onde nasceram e onde sustentam as suas tradições, que uma ordem irreflectida vae n’um momento desfazer.*⁸²

Pouco depois, perante uma tentativa de sublevação dos soldados europeus, as considerações impuseram-se sobre as consequências, caso tivesse continuação: os chineses, receosos, poderiam ir para Hong Kong e aí permanecer, contribuindo para a riqueza inglesa e perda portuguesa; prognosticando-se continuamente uma revolta em Cantão, considerou-se ‘E Macau, sem recursos e sem policia, como há de manter-se?’⁸³ Por outro lado, em resposta à situação revoltosa, uma portaria do governo proibiu a exportação de armas e cartuchos para a China.⁸⁴

A especificidade chinesa incluía a existência de uma estrutura própria tradicional, a Procuratura dos Negócios Sínicos, como órgão de poder administrativo, político e judicial para os que conservavam essa nacionalidade e a quem se reconhecia a possibilidade de manutenção dos seus usos e costumes. A sua extinção, em 1894, passou as suas atribuições judiciais para o juiz de direito.⁸⁵ O que se reflectiu no jornal de Lisboa foi a preocupação do governador em respeitar os seus usos e costumes, de forma a fixar mais chineses no território. Por essa razão, nomeou uma comissão para articular

ESTUDOS DA IMPRENSA PERIÓDICA

disposições especiais para a justiça quando se tratava destas pessoas.⁸⁶

Entre os portugueses que se encontravam em Macau estavam os funcionários e soldados. As notícias revelam sobretudo as partidas e chegadas, frequentemente em poucas linhas, a par do que tinha lugar por todos os territórios ultramarinos. Contudo, destes soldados assinalem-se dois aspectos.

O primeiro foi justamente, como acima se encontra, a dificuldade que, por vezes, havia no regresso ao reino. Na continuação da notícia sobre a falta de lugar no navio *África*, em 1895, estava a perda de esperança de alguns conseguirem regressar às suas terras. Para alguns, no entanto, tendo a junta de saúde decidido que necessitavam de regressar, foi paga a viagem na mala francesa.⁸⁷

Uma outra questão afectava regularmente o ambiente e relacionava-se com as alterações impostas na estrutura militar ou do funcionalismo e nos vencimentos recebidos, frequentemente estabelecendo diferenças entre pessoas com posições semelhantes. Em 1896, a reforma das forças ultramarinas não foi imediatamente posta em vigor, tendo o governador preferido consultar o governo. A razão encontrava-se na grande redução de vencimentos que trazia, especialmente entre os praças de artilharia que passavam para a política. O resultado foi, no entanto, o esboçar de uma revolta dos soldados europeus no quartel policial, embora logo sufocada.⁸⁸

Constituindo os vencimentos uma das razões de agitação, e encontrando-se aqueles vinculados ao valor da pataca (e da rupia, na Índia, ou do florim, em Timor), em 1898 houve um ajuste do mesmo, passando a moeda de Macau a valer 640 réis.⁸⁹

A necessidade de mais forças justificava, no Índico, a transferência de soldados entre as várias províncias. Para além de irem tropas (e munições)

de Macau para Timor, da Índia partiam maratas para a primeira destas colónias.⁹⁰

Neste contexto, no entanto, o exército ultramarino encontrava-se em processo de reorganização, a partir da metrópole. As decisões da respectiva comissão foram várias vezes noticiadas, sendo a de Macau assinada em 1898.⁹¹

Uma situação diferente relacionava-se com um elemento especial: o Bispo. Numa pequena notícia informaram que D. António Joaquim Medeiros, o prelado desde 1884, morreu no início de 1897.⁹² Desde logo foi nomeado para esse lugar o professor do seminário de Viseu, Dr. José Manuel de Carvalho e, mais uma vez, se fez sentir a crítica aos processos políticos: tratava-se de ‘anichar amigos’ de Jacinto Cândido.⁹³ Seguiu-se o seu percurso no reino,⁹⁴ sendo finalmente sagrado em Agosto,⁹⁵ mas tardando na partida para a sua diocese.⁹⁶

A vida dos habitantes era associada às epidemias. Considerava-se a peste bubónica como endémica em Macau, atacando especialmente chineses, devido à falta de asseio. Desta forma, em Abril conheciam-se vários casos, levando o Ministro a declarar que poderiam usar todos os meios para a atacar.⁹⁷ Noutras referências transmitiu-se aos leitores que as epidemias de peste se faziam sentir em regiões próximas, como Cantão e Hong Kong.⁹⁸ Aliás, em certas ocasiões essa frequência contrastava com o excelente estado sanitário de Macau, levando a que se desmentissem os médicos ingleses que apregoavam que a infecção sentida na sua colónia se devia ao território português.⁹⁹ No início de 1897, no entanto, a ameaça provinha dos contágios de tuberculose pulmonar.¹⁰⁰ O chefe de Saúde de Macau foi também enviado a Timor para tratar da epidemia de cólera.¹⁰¹

Outra dificuldade que frequentemente assolava era a que provinha dos tufões. O do Verão de 1896 causou grandes prejuízos e necessidade de

reparações, mas a observação foi que os habitantes estavam habituados.¹⁰²

5. À BEIRA DA CHINA

A situação geográfica de Macau colocava este território numa situação especial perante o Celeste Império, com quem tinha um tratado, mas sem definição dos limites, processo que aguardava por uma resolução conjunta. Além disso, o envolvimento de outras potências na região também constituía um acréscimo problemático.¹⁰³

O conflito entre a China e o Japão, em 1894, mereceu atenção, com informações sobre os diversos acontecimentos, incluindo as transmitidas pelo correspondente de Macau.¹⁰⁴ Notava-se depois que muitos europeus, sobretudo ingleses, deixavam o serviço nas alfândegas chinesas para seguirem para a marinha do mesmo país, e que as suas consequências também na província portuguesa, pois ‘o que se passa em Hong-Kong reproduz-se em Cantão e em Macau’.¹⁰⁵

O ano de 1895 contou com Ferreira de Almeida como Ministro da Marinha e Ultramar. Era bem conhecido entre os políticos e jornalistas portugueses pelas suas posições sobre as colónias portuguesas, advogando um redimensionamento dos espaços pela alienação de algumas delas, garantindo rendimentos em favor das que restassem a Portugal. Por essa razão, as suas decisões encontravam eco nas questões internacionais: a decisão de mandar retirar de Macau a canhoneira *Diu*, garantia de ordem e protecção, e de não comprar uma draga para melhorar o porto local, levou o *Echo Macaense* a considerar que ele desrespeitava os povos locais, pois não se importava de perder Macau, Goa, Moçambique ou Timor: eram determinações que não só arruinavam a província como também contribuíam para a protecção dos manejos ingleses, sempre desejosos de se aproveitarem do território. Ao transcrever tais afirmações, *A Vanguarda* concluía

que o ministro era tão apreciado em Macau como em Lisboa,¹⁰⁶ onde, de facto, este jornal o combatia. A notícia e transcrição mantiveram-se.¹⁰⁷

A Ilha da Lapa constituía um dos espaços disputados por Macau e pela China. A 3 de Março de 1896, sob o título ‘Macau em Perigo’, reportavam-se as notícias dos jornais de Hong Kong que interessavam à soberania portuguesa e que geravam receios de que ‘a confirmarem-se, revelam continuação do desleixo a que o governo vota as nossas possessões’. O que então estava em causa era a possibilidade de esta ilha ser cedida pelo Celeste Império à Alemanha, mas o governo português afirmara nas Cortes que não tinha conhecimento do facto. Na realidade, como atrás se afirmou, o jornal, na esteira do partido que seguia, defendia intransigentemente a manutenção das colónias, como indica que ‘nos foram legadas, e em cujos subsolos jazem inúmeros irmãos nossos, que pagaram com a vida a independencia, a posse d’esses territórios’. Exigiam-se, por isso, informações.¹⁰⁸

Continuou no dia seguinte, salientando que ‘Os jornaes que bebem do fino nada dizem sobre o assumpto’, declarando nada saber sobre o que se passava em Macau. Quanto ao governo, no tom de censura, estranhou que não fosse avisado pelo governador, ou que nada procurasse saber.¹⁰⁹ Acabou, no entanto, por publicar o telegrama enviado por Horta e Costa, dizendo que era boato sem fundamento.¹¹⁰ Não obstante, a questão não morreu por aqui, continuando a mostrar a possibilidade de se perder a Lapa, recorrendo a outras informações. Deste modo, transcreveu-se um artigo de um jornal belga sobre a disputa entre a Inglaterra e a Alemanha em torno da mesma ilha. Mas sobretudo o título da notícia, ‘Jogando aos Dados...A Ilha da Lappa’, manifestava a crítica aos governos monárquicos.¹¹¹

O assunto manteve-se em Abril, recorrendo ao *Echo Macaense*, que informou sobre o desembarque de forças de uma canhoneira alemã na ilha. A

ESTUDOS DA IMPRENSA PERIÓDICA

questão colocava-se com o ‘facto que as folhas oficiosas não desmentem com clareza’, ao contrário do que sucedera anteriormente, com o telegrama do governador. Ou seja, havia falta de informações claras (tinham de esperar pela imprensa estrangeira), mas sentia-se o perigo de perder esta importante ilha, com consequências ruinosas no comércio de Macau.¹¹²

Por outro lado, a expansão de outras potências europeias na China e o desmentido inglês, no final de 1897, de que o gabinete estava a tratar da cessão de territórios chineses próximos a Hong Kong levou a perguntar:

E Portugal o que dirá sobre a sua colonia de Macau, que tão próxima fica de Hong-Kong?

Provavelmente coisa alguma.

*Estamos certos de que nas nossas regiões governativas nem sequer se pensa no assumpto.*¹¹³

As resoluções só eram tomadas quando havia surpresas.

Na realidade, e quando a efervescência chinesa se notava à volta de Macau, principalmente a partir da revolta centrada em Cantão, o que o correspondente macaense do *Commercio do Porto* (transcrito) notava era a falta de capacidade de defesa adequada. Com ironia escreveu que ‘o que vale é que, puxando bem ainda podemos contar para defesa d’esta colonia com uns 50 europeus e para ahi um cento de mouros, que é tudo o que há de aproveitável nas companhias de infantaria’. Nesse momento nem contavam com a canhoneira *Bengo*, habitualmente aí posicionada, mas que ‘foi passear para o Japão, a pretexto de ir buscar artilharia para Macau’.¹¹⁴ No entanto, era necessário estar precavido, como mostrou Hintze Ribeiro no Parlamento, levando o Ministério dos

Negócios Estrangeiros a garantir que iria satisfazer o pedido.¹¹⁵

D. João era uma outra ilha em disputa e em 1896 deu lugar a um incidente diplomático. Tendo a China enviado para aí um pequeno destacamento, pretextando a vigilância contra a pirataria, o Governador Horta e Costa, além do protesto, reforçou o contingente português e mandou construir um quartel. Foi agora a vez de o vice-rei de Cantão reclamar e, neste seguimento, houve ameaças de ocupação militar da ilha. Em Lisboa, o Ministro Barros Gomes propôs ao império chinês a retirada simultânea dos dois destacamentos; sendo aceite esta proposta, permitiu que em *A Vanguarda* se considerasse que o conflito ficara resolvido ‘satisfatoriamente’ e de forma ‘que bastante nos honra’.¹¹⁶ Na mesma linha de agrado se encontrou a informação de que estava resolvido um incidente anteriormente ocorrido com um oficial inglês, que se recusara a descobrir-se numa procissão e sobre o qual tinham agora sido dadas todas as satisfações ao governo português.¹¹⁷

Em 1899 surgiram notícias sobre piratas. Através do *Echo Macaense* soube-se que o governador recebera um ofício do vice-rei de Cantão anunciando a prisão e execução de piratas que tinham assaltado uma lancha portuguesa.¹¹⁸ A pirataria fazia, de facto, parte da história de Macau e de todo o rio de Oeste, pelo que a transcrição seguinte, do jornal *Hong Kong Daily Press*, anotando os efeitos dos mesmos em todo o Distrito de Heung Shan. Segundo o mesmo periódico, na colónia portuguesa continuava a haver discussões sobre a ocupação deste distrito e ‘se não pozerem cobro ao estado actual de coisas, teem os que advogam a sua expansão de Macau um forte argumento do seu lado’.¹¹⁹

Um novo campo de acção surgiu a partir de Fevereiro de 1897: as Filipinas. A revolta que aí grassava levou o governador-geral do arquipélago a pedir ao seu congénere de Macau que proibisse

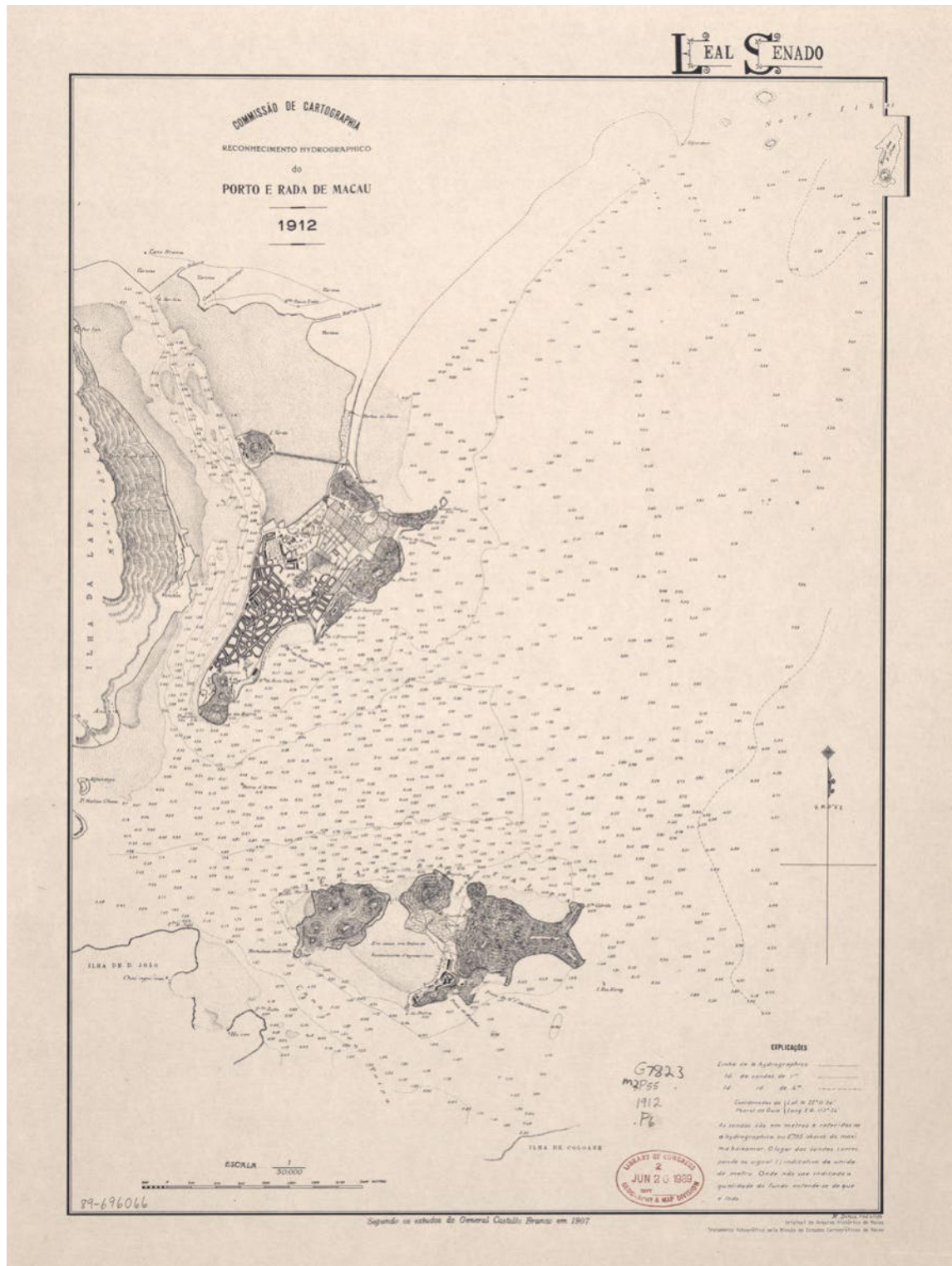


Fig. 6: Mapa do reconhecimento hydrográfico do Porto e Rada de Macau, 1912. Fonte: Recuperado da *Library of Congress*, <https://www.loc.gov/item/89696066/>.

ESTUDOS DA IMPRENSA PERIÓDICA

a exportação de armas e munições para ali, o que este fez através da publicação de uma portaria.¹²⁰ Por outro lado, a situação vivida no arquipélago foi vista como uma possibilidade económica para o território português, atraindo para aqui os negociantes. Porém, mais uma vez, a crítica republicana esteve presente:

*Se o governo portuguez quizer e souber aproveitar a instalação dos negociantes filipinos na nossa colonia, muito terá esta a lucrar. Mas provavelmente nada d'isso succederá, em vista dos nossos processos administrativos ultramarinos, cujo espirito retrogrado é já bem conhecido.*¹²¹

Mais longe ficava Timor, com ligações a Macau que se via obrigado a contribuir para as suas frequentes guerras, com armamento ou soldados.¹²² A autonomia timorense foi decretada em 1896, mas os seus défices continuaram para o tesouro macaense.¹²³ De Macau partiam igualmente sacerdotes.¹²⁴

6. ECONOMIA

Os aspectos económicos e financeiros de Macau ocuparam muito pouco espaço no jornal que estamos a analisar. Entre todos, a situação do porto, a necessidade de obras, o retardamento e, finalmente, a compra de uma draga para o aprofundar tornaram-se, sem dúvida, os que mais marcaram, embora frequentemente com notícias breves.¹²⁵ Todavia, a estas dificuldades que se colocaram ao comércio juntou-se, pelo menos em 1898, a abertura do rio de Oeste aos estrangeiros, com prejuízo para o movimento macaense.¹²⁶

Não obstante o papel que o jogo tinha na vida local, um correspondente mandou dizer que este ‘continua desaforado sem que a autoridade o cohiba, apesar de ter conhecimento de muitas casas secretas onde se batoteia desenfreadamente

todas as noites’.¹²⁷ Num contexto em que o jornal denunciava frequentemente os locais onde se jogava na metrópole, tal notícia parecia mais a continuação dessas comunicações do que o reconhecimento da vida económica de Macau. Todavia, Andrade Neves, na Associação Comercial de Lisboa, proferiu uma conferência sobre colónias onde afirmou: ‘Macau, para nós, vive da batota. O jogo é que ali rende, é o que ali produz mais para o cofre do governo!’¹²⁸

Entre as espécies de jogo encontravam-se as lotarias,¹²⁹ uma das quais exploradas pela Misericórdia. Por proposta do governador, a mesma deveria passar para a Fazenda de Macau, concedendo uma percentagem de lucros àquela instituição de beneficência. Contudo, a Junta Consultiva do Ultramar rejeitou-a.¹³⁰

Esta exploração do jogo seguia o regime de monopólio, uma forma associada, então, à economia local, constando no final de 1895 que Horta e Costa planeava estabelecer também o do sal.¹³¹

Sem atender ao papel que, de facto, Macau tinha para as finanças portuguesas, assumindo, frequentemente, o papel de pagador das necessidades de outras colónias ou de resolução de problemas metropolitanos, a análise da resposta da Associação Industrial Portuguesa, debruçada sobre todo o ultramar português, considerava Macau, a Índia e Timor como padrões de glória sem possibilidade de se tornarem lucrativos para o governo.¹³² Não foi, no entanto, a opinião de Andrade Neves, numa conferência na mesma associação, onde salientou a proximidade do movimento que passava por Macau e Hong Kong.¹³³ Na mesma linha se pode compreender a informação de que tinham sido recebidos os produtos de Macau com destino à Exposição Universal de 1900 (depois de terem estado em exposição na própria província).¹³⁴ Aliás, foi também de Macau que se transportaram as sementes e plantas de chá para ser tentada a cultura do produto nos Açores.¹³⁵

No campo da economia, existe uma referência a uma portaria do governo local proibindo a exportação de arroz de Macau, qualquer que fosse a sua proveniência.¹³⁶

CONCLUSÃO

A Vanguarda era um jornal de combate e foi nesse sentido que surgiram as várias questões de Macau: assim sucedia com o seu governo, sobretudo no período dos regeneradores/Horta e Costa. Neste caso, a oposição local ao governador ganhou apoio no periódico de Lisboa, que para isso também seguiu um jornal local com tendência político-religiosa diferente da sua.

As questões de Macau, no entanto, ganhavam destaque quando constituíam um reflexo da vida metropolitana: das escolhas dos governadores à falta de respostas para a defesa da província, uma das ‘heranças sagradas’ que se tinha.

As visões eram, deste modo, um complemento entre o que vinha dos correspondentes de Macau, ou dos seus jornais, e os redactores de Lisboa. A escolha que estes faziam, sobretudo na sua imprensa, respondia, sem dúvida, ao carácter de *A Vanguarda*, onde as notícias meramente informativas vinham a par com as que lhe permitiam a luta contra a política monárquica de Portugal. **RC**

NOTAS

- 1 Relativamente a alguns aspectos do jornal e da imprensa republicana: Júlia Leitão de Barros, *O Jornalismo Político Republicano Liberal: O Mundo, 1900–1907* (Lisboa: Instituto Politécnico de Lisboa, 2021), 103–105; Mário Matos e Lemos, *Jornais Diários Portugueses do Século XX: Um Dicionário* (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2020), 591–594; José Tengarrinha, *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, 2.^a ed. (Lisboa: Editorial Caminho, 1989), 234–240; Sobre este jornal, especialmente: Vitalino José Matias dos Santos, “António Macieira (1875–1918): Do Ideário Republicano no Jornal *Vanguarda* à Reedição de *O Tempo*” (dissertação de mestrado, Universidade de Coimbra, 2020), 54–71.
- 2 Gomes Leal, *Traços Biográficos de Alves Correia* (Lisboa: Instituto Geral das Artes Graphica, 1893); Ernesto Rodrigues, *O Jornalista Republicano Alves Correia. Antologia* (Vila Real: Grémio Literário Vila-Realense; Câmara Municipal de Vila Real, 2012).
- 3 Conflito patente nas páginas dos respectivos jornais e referido por Barros; Barros, *O Jornalismo Político*, 79–80, 90–91.
- 4 Que descreveu por Figueiredo sobre a notícia no jornal, “A Supressão do *Vanguarda*,” 5 de Julho de 1896. Considerando que todas as referências jornalísticas são do jornal *A Vanguarda*, deixamos de indicar este nome, limitando-as ao artigo e data; Fidelino de Figueiredo, *Três Meses no Limoeiro: Notas da Prisão* (Lisboa: Depósito-Livraria Bordalo, 1896).
- 5 Beatriz Garcia Peralta, “Os Pioneiros do Artigo de Opinião em Portugal. As Colunas Jornalísticas de Ernesto da Silva (1892–1903),” *Revista Portuguesa de História* 51 (2020): 210–212, https://doi.org/10.14195/0870-4147_51_8.
- 6 José Sardica, “O Jornalismo e a Intelligentsia Portuguesa nos Finais da Monarquia Constitucional,” *Comunicação & Cultura*, n.º 7 (2009): 26, <https://doi.org/10.34632/comunicacaoecultura.2009.473>.
- 7 Para este período, para além de outra bibliografia, destaca-se Marques, Ferreira e Reis; *História dos Portugueses no Extremo Oriente*, ed. A. H. de Oliveira Marques, vol. 3. *Macau e Timor do Antigo Regime à República* (Lisboa: Fundação Oriente, 2000); Márcia Rosa dos Reis Ferreira, “Cultura e Sociabilidades em Macau nos Finais de Oitocentos. O *Eco Macaense* (1893–1899)” (dissertação de mestrado, Universidade do Porto, 2006), <http://hdl.handle.net/10216/25639>; Célia Reis, “O Poder entre Lisboa e o Oriente — Persistências e Mudanças na Administração, do Ultimato ao Ato Colonial” (tese de doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, 2018).
- 8 “Correspondência de Macau,” *A Vanguarda*, 27 de Setembro de 1895.
- 9 “Noticias de Macau,” *A Vanguarda*, 12 de Janeiro de 1896.
- 10 “Noticias de Macau,” *A Vanguarda*, 18 de Fevereiro de 1896.
- 11 “Correspondência de Macau,” *A Vanguarda*, 27 de Setembro de 1895.
- 12 “Os Acontecimentos de Timor,” *A Vanguarda*, 9 de Novembro de 1895.
- 13 Segundo Teixeira, este jornal surgiu em Abril de 1892 e manteve-se até finais de 1893 ou inícios de 1894. Esta questão faz-nos questionar a possibilidade de se tratar antes de *A Voz*

ESTUDOS DA IMPRENSA PERIÓDICA

- do *Crente*. Além disso, noutra parte diz que, por causa da oposição ao governador, o jornal deixou de ter apenas feição religiosa (“Macau,” *A Vanguarda*, 8 de Outubro de 1895). A verdade é que o jornal de Lisboa repete *A Voz do Oriente* diversas vezes, mas quando se trata da agressão a Piores, igualmente tratada noutra local, lê-se que este escreveu em *A Voz do Crente* (“Um Atentado Gravíssimo,” 5 de Dezembro de 1895); Manuel Teixeira, *A Imprensa Periódica Portuguesa no Extremo Oriente*. Fac-símile da 1.ª edição (Macau: Instituto Cultural de Macau, 1999), 52.
- 14 “Moralidade,” *A Vanguarda*, 10 de Março de 1897; “Chronica do Porto,” *A Vanguarda*, 2 de Janeiro de 1898; “Macau,” *A Vanguarda*, 27 de Novembro de 1898; “A Pequena Arcada,” *A Vanguarda*, 9 de Janeiro de 1900; “Brincadeira Carnavalesca,” *A Vanguarda*, 25 de Fevereiro de 1900.
 - 15 “Informações Diversas,” *A Vanguarda*, 18 de Janeiro de 1894.
 - 16 “Informações Diversas,” *A Vanguarda*, 1 de Fevereiro de 1894.
 - 17 “Governo de Macau,” *A Vanguarda*, 22 de Janeiro de 1894.
 - 18 “Informações Diversas,” *A Vanguarda*, 19 de Janeiro de 1894.
 - 19 “Ministério da Marinha,” *A Vanguarda*, 17 de Setembro de 1894; Sobre este médico: A. J. Gonçalves Pereira, *A Minha Auto-Biografia* (Macau: Escola Tipografia do Orfanato da Imaculada Conceição, 1941); Célia Reis, “Conjuntura e Vida Política,” em *História dos Portugueses no Extremo Oriente*, ed. A. H. de Oliveira Marques (Lisboa: Fundação Oriente, 2003), 4:75–76.
 - 20 “Eleições,” *A Vanguarda*, 18 de Fevereiro de 1894; “Eleições,” *A Vanguarda*, 20 de Fevereiro de 1894.
 - 21 Por exemplo, “Comedia Eleitoral,” *A Vanguarda*, 27 de Novembro de 1895.
 - 22 *A Vanguarda*, 3 de Julho de 1897 e 28 de Setembro de 1897; “Deputados pelo Ultramar,” *A Vanguarda*, 12 de Novembro de 1899 e 23 de Dezembro de 1899; “O Deputado por Macau,” *A Vanguarda*, 13 de Fevereiro de 1909; “Eleições nas Colonias,” *A Vanguarda*, 20 de Fevereiro de 1900.
 - 23 “Correspondencia de Macau,” *A Vanguarda*, 27 de Setembro de 1895.
 - 24 Chegado juntamente com os professores Camilo Pessanha e Mateus António de Lima. “Notícias de Macau,” *A Vanguarda*, 2 de Junho de 1894.
 - 25 “Misericórdia de Macau,” *A Vanguarda*, 12 de Setembro de 1895.
 - 26 “Informações Diversas,” *A Vanguarda*, 18 de Setembro de 1895.
 - 27 Elodie Falguieres, “Financial Scandals in France: Historical Construction of Responsibility and Outcomes” (tese de doutoramento, Universidade Paris-Dauphine, 2021).
 - 28 Falguieres, “Financial Scandals in France”.
 - 29 “Correspondencia de Macau,” *A Vanguarda*, 27 de Setembro de 1895.
 - 30 “Correspondencia de Macau,” *A Vanguarda*, 27 de Setembro de 1895.
 - 31 “Macau,” *A Vanguarda*, 8 de Outubro de 1895.
 - 32 “Macau,” *A Vanguarda*, 8 de Outubro de 1895.
 - 33 *A Vanguarda*, 7 de Novembro de 1895.
 - 34 *A Vanguarda*, 7 de Novembro de 1895.
 - 35 “Informações Diversas,” *A Vanguarda*, 15 de Novembro de 1895.
 - 36 “O Que Há de Novo,” *A Vanguarda*, 1 de Dezembro de 1895; “Notícias de Macau,” *A Vanguarda*, 18 de Fevereiro de 1896.
 - 37 “Notícias de Macau,” *A Vanguarda*, 15 de Novembro de 1895.
 - 38 “Notícias de Macau,” *A Vanguarda*, 15 de Novembro de 1895.
 - 39 “Notícias de Macau,” *A Vanguarda*, 16 de Novembro de 1895.
 - 40 “Macau,” *A Vanguarda*, 30 de Novembro de 1894. “Na Arcada”.
 - 41 “Notícias de Macau,” *A Vanguarda*, 16 de Novembro de 1895; “Macau,” *A Vanguarda*, 11 de Dezembro de 1895; “Macau,” *A Vanguarda*, 7 de Dezembro de 1895.
 - 42 *A Vanguarda*, 7 de Novembro de 1895.
 - 43 Era também filho do proprietário do *Jornal de Cantanhede*.
 - 44 “Um Atentado Gravíssimo,” *A Vanguarda*, 3 de Dezembro de 1895 e 5 de Dezembro de 1895.
 - 45 “O Que Há de Novo,” *A Vanguarda*, 8 de Dezembro de 1895; “Aggressão ao Dr. Horacio Poyares,” *A Vanguarda*, 8 de Dezembro de 1895.
 - 46 “Macau,” *A Vanguarda*, 11 de Dezembro de 1895.
 - 47 Ferreira, “Cultura e Sociabilidades em Macau,” 32–33.
 - 48 “O Que Há de Novo,” *A Vanguarda*, 15 de Dezembro de 1895.
 - 49 “Notícias de Macau,” *A Vanguarda*, 12 de Janeiro de 1896 e 18 de Fevereiro de 1896.
 - 50 “Macau,” *A Vanguarda*, 17 de Junho de 1896.
 - 51 “Um Atentado Gravíssimo,” *A Vanguarda*, 3 de Dezembro de 1895.
 - 52 “Um Atentado Gravíssimo,” *A Vanguarda*, 5 de Dezembro de 1895.
 - 53 “O Que Há de Novo,” *A Vanguarda*, 8 de Dezembro de 1895.
 - 54 “O Que Há de Novo,” *A Vanguarda*, 15 de Dezembro de 1895.
 - 55 “Macau,” *A Vanguarda*, 17 de Junho de 1896.
 - 56 “As Bagagens do Governador de Macau,” *A Vanguarda*, 8 de Agosto de 1896.
 - 57 *A Vanguarda*, 22 de Outubro de 1896.
 - 58 “Moralidade,” *A Vanguarda*, 10 de Março de 1897.
 - 59 “Notícias de Macau,” *A Vanguarda*, 25 de Fevereiro de 1897.
 - 60 *A Vanguarda*, 20 de Fevereiro de 1897.
 - 61 *A Vanguarda*, 26 de Fevereiro de 1897.
 - 62 “Coronel Galhardo,” *A Vanguarda*, 7 de Abril de 1897; *A Vanguarda*, 9 de Abril de 1897.
 - 63 *A Vanguarda*, 2 de Junho de 1897.

- 64 “Conflicto de Auctoridades em Macau,” *A Vanguarda*, 13 de Novembro de 1897.
- 65 “O Incidente de Macau,” *A Vanguarda*, 4 de Novembro de 1897.
- 66 “O Incidente de Macau,” *A Vanguarda*, 6 de Novembro de 1897 e 10 de Novembro de 1897.
- 67 Que tinha vindo para Lisboa em Dezembro de 1897 e mais tarde pediu exoneração do lugar de Comandante da canhoneira e da esquadilha. *A Vanguarda*, 24 de Dezembro de 1897 e 9 de Agosto de 1898.
- 68 “O Conflicto de Macau,” *A Vanguarda*, 1 de Janeiro de 1898.
- 69 “Notícias da Marinha,” *A Vanguarda*, 6 de Março de 1898.
- 70 “Na Arcada,” *A Vanguarda*, 13 de Outubro de 1899.
- 71 “Conflicto em Macau,” *A Vanguarda*, 21 de Março de 1900 e 22 de Março de 1900.
- 72 “Brincadeira Carnavalesca,” *A Vanguarda*, 25 de Fevereiro de 1900. Amâncio de Alpoim era então Governador de S. Tomé e depois passou para Cabo Verde.
- 73 “Governos Ultramarinos,” *A Vanguarda*, 13 de Março de 1900 e 23 de Março de 1900; “Na Arcada,” *A Vanguarda*, 28 de Março de 1900.
- 74 “A Imprensa Portuguesa,” *A Vanguarda*, 9 de Agosto de 1897.
- 75 “Na Arcada,” *A Vanguarda*, 10 de Outubro de 1899.
- 76 “A Questão dos Passaportes em Macau,” *A Vanguarda*, 24 de Outubro de 1899.
- 77 “Processo de Imprensa,” *A Vanguarda*, 1 de Novembro de 1899.
- 78 *A Vanguarda*, 5 de Novembro de 1894.
- 79 “Carta de Macau,” *A Vanguarda*, 22 de Abril de 1895.
- 80 Beatriz Basto da Silva, *Emigração de Cules: Dossier Macau 1851–1894* (Macau: Fundação Oriente, 1994); Maria de Deus Manso e Seabra Leonor, “Novos Escravos no Século XIX: Breves Notas sobre o Tráfico de Cules de Macau para a América Ibérica,” em *Senhores e Escravos nas Sociedades Ibero-Atlânticas*, coord. Maria do Rosário Pimentel e Maria do Rosário Monteiro (Lisboa: Universidade Nova de Lisboa; Universidade dos Açores, 2019), 379–392; Alfredo Gomes Dias, “Do Tráfico dos Escravos à Emigração dos Cules,” *Revista Lusófona de Humanidades e Tecnologias*, n.º 4/5 (2001): 109–117; John Asome, “The Indentured Coolie Trade from Macao,” *Journal of the Royal Asiatic Society Hong Kong Branch* 54 (2014): 157–179.
- 81 “Macau,” *A Vanguarda*, 11 de Dezembro de 1895.
- 82 “O Que Se Passa em Macau,” *A Vanguarda*, 30 de Dezembro de 1895.
- 83 “Notícias de Macau,” *A Vanguarda*, 12 de Janeiro de 1896.
- 84 “Notícias de Macau,” *A Vanguarda*, 19 de Fevereiro de 1897.
- 85 António Manuel Hespanha, “O Direito e a Justiça num Contexto de Pluralismo Cultural,” *Administração* 7, n.º 1 (Maio 1994): 7–26; Maria Carla Faria Araújo, “Direito Português e Populações Indígenas. Macau (1846–1927)” (dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa, 2000); José Gabriel Mariano, “A Procuratura dos Negócios Sínicos (1583–1894),” *O Direito Online* 法, <https://www.direitoonline.com/a-procuratura-dos-negocios-sinicos-1583-1894.html>.
- 86 “Notícias de Macau,” *A Vanguarda*, 24 de Janeiro de 1897.
- 87 “Carta de Macau,” *A Vanguarda*, 22 de Abril de 1895.
- 88 “Notícias de Macau,” *A Vanguarda*, 12 de Janeiro de 1896.
- 89 “Informações Políticas,” *A Vanguarda*, 14 de Julho de 1898. Foram também marcados outros valores da rupia e do florim.
- 90 “O ‘África’,” *A Vanguarda*, 10 de Novembro de 1898.
- 91 “Reorganização do Exercito Ultramarino,” *A Vanguarda*, 6 de Fevereiro de 1898; “Exercito Ultramarino,” *A Vanguarda*, 13 de Fevereiro de 1898 e 3 de Março de 1898. Foram depois escolhidos os uniformes para Macau. *A Vanguarda*, 12 de Abril de 1899.
- 92 “Bispo de Macau,” *A Vanguarda*, 5 de Fevereiro de 1897.
- 93 *A Vanguarda*, 6 de Fevereiro de 1897.
- 94 “Bispo de Macau,” *A Vanguarda*, 8 de Fevereiro de 1897; “Bispo de Macau — Funeral,” *A Vanguarda*, 13 de Julho de 1897; “Prelados Ultramarinos,” *A Vanguarda*, 5 de Agosto de 1897.
- 95 *A Vanguarda*, 13 de Agosto de 1897; “Sagração do Bispo de Macau,” *A Vanguarda*, 29 de Agosto de 1897 e 30 de Agosto de 1897.
- 96 *A Vanguarda*, 9 de Janeiro de 1898 e 15 de Janeiro de 1898.
- 97 “Peste Bubónica em Macau,” *A Vanguarda*, 15 de Abril de 1897.
- 98 *A Vanguarda*, 5 de Julho de 1896.
- 99 “Estado Sanitário de Macau,” *A Vanguarda*, 18 de Abril de 1899.
- 100 “Notícias de Macau,” *A Vanguarda*, 24 de Janeiro de 1897.
- 101 “O Cholera,” *A Vanguarda*, 14 de Junho de 1894.
- 102 “Grande Tufão em Macau,” *A Vanguarda*, 1 de Agosto de 1896. Em 1894 registaram-se dois ciclones. “Cyclones em Macau,” *A Vanguarda*, 2 de Novembro de 1894.
- 103 Questões mais específicas, entre outros, em António Vasconcelos de Saldanha, *Estudos sobre as Relações Luso-Chinesas* (Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas; Instituto Cultural de Macau, 1996) e *Negociações e Acordos Luso-Chineses sobre os Limites de Macau no Século XIX. Contribuição para a Compreensão dos Actuais Limites da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China* (Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas; Instituto Internacional de Macau, 2010); Célia Reis, “Macau no Seu Contexto Internacional. A Visão dos Deputados (1885–1910),” em *Actas I Congresso de História Contemporânea* (Portugal: IHC / CEIS20 / Rede História, 2013), 578–586.
- 104 “A China e o Japão,” *A Vanguarda*, 22 de Setembro de 1894.

ESTUDOS DA IMPRENSA PERIÓDICA

- 105 “China e Japão,” *A Vanguarda*, 13 de Setembro de 1894.
- 106 “O Sr. Ferreira de Almeida,” *A Vanguarda*, 16 de Maio de 1895.
- 107 “Perigos que Ameaçam Macau,” *A Vanguarda*, 25 de Maio de 1895.
- 108 “Macau em Perigo,” *A Vanguarda*, 4 de Março de 1896.
- 109 “Macau em Perigo,” *A Vanguarda*, 5 de Março de 1896.
- 110 “Macau em Perigo,” *A Vanguarda*, 6 de Março de 1896.
- 111 “Jogados aos Dados... A Ilha da Lappa,” *A Vanguarda*, 20 de Março de 1896.
- 112 “A Questão da Ilha da Lappa,” *A Vanguarda*, 20 de Abril de 1896. Também sobre a ameaça alemã, “As ‘Nossas’ Colonias,” *A Vanguarda*, 18 de Agosto de 1896.
- 113 “Allemanha e a China. A Nossa Colonia de Macau,” *A Vanguarda*, 5 de Dezembro de 1897.
- 114 “Macau,” *A Vanguarda*, 27 de Novembro de 1898.
- 115 “Parlamento,” *A Vanguarda*, 7 de Abril de 1899.
- 116 “Solução de Um Conflicto Diplomático,” *A Vanguarda*, 6 de Abril de 1897.
- 117 “O Incidente de Macau,” *A Vanguarda*, 9 de Agosto de 1899.
- 118 “Piratas na China,” *A Vanguarda*, 12 de Outubro de 1899.
- 119 “Piratas em Heung-Shan,” *A Vanguarda*, 25 de Outubro de 1899.
- 120 “Revolta nas Filipinas,” *A Vanguarda*, 25 de Fevereiro de 1897.
- 121 “A Revolta nas Filipinas. A Colonia de Macau,” *A Vanguarda*, 16 de Junho de 1897.
- 122 “Guerra em Timor,” *A Vanguarda*, 23 de Outubro de 1895 e 26 de Outubro de 1895; “Notícias de Macau,” *A Vanguarda*, 15 de Novembro de 1895; “A Revolta em Timor,” *A Vanguarda*, 1 de Setembro de 1896.
- 123 “Assignatura Régia,” *A Vanguarda*, 10 de Outubro de 1896; “A Autonomia de Timor,” *A Vanguarda*, 14 de Outubro de 1896; *A Vanguarda*, 17 de Fevereiro de 1897.
- 124 “Os Jesuítas,” *A Vanguarda*, 15 de Setembro de 1898.
- 125 *A Vanguarda*, 1 de Dezembro de 1897; “Macau — Aviso aos Navegantes,” *A Vanguarda*, 22 de Junho de 1897; *A Vanguarda*, 16 de Julho de 1897.
- 126 “Noticias de Macau e Timor,” *A Vanguarda*, 29 de Novembro de 1898.
- 127 “Noticias de Macau e Timor,” *A Vanguarda*, 29 de Novembro de 1898.
- 128 “Conferencias Patrióticas,” *A Vanguarda*, 14 de Janeiro de 1898.
- 129 Célia Reis, “O Jogo em Macau. A Arrematação de Duas Lotarias no Início do Século XX,” *Ler História*, n.º 77 (2021): 83–105, <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.7407>.
- 130 “Junta Consultiva do Ultramar,” *A Vanguarda*, 12 de Março de 1897.
- 131 “O Que Há de Novo,” *A Vanguarda*, 15 de Dezembro de 1895.
- 132 “Fomento Colonial,” *A Vanguarda*, 24 de Novembro de 1899.
- 133 “Conferencias Patrióticas,” *A Vanguarda*, 14 de Janeiro de 1898.
- 134 “Exposição Universal de 1900,” *A Vanguarda*, 5 de Outubro de 1899.
- 135 *A Vanguarda*, 26 de Setembro de 1894.
- 136 “Noticias de Macau,” *A Vanguarda*, 8 de Janeiro de 1898.

BIBLIOGRAFIA

- Araújo, Maria Carla Faria. “Direito Português e Populações Indígenas. Macau (1846–1927).” Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa, 2000.
- Asome, John. “The Indentured Coolie Trade from Macao.” *Journal of the Royal Asiatic Society Hong Kong Branch* 54 (2014): 157–179.
- Barros, Júlia Leitão de. *O Jornalismo Político Republicano Liberal: O Mundo, 1900–1907*. Lisboa: Instituto Politécnico de Lisboa, 2021.
- Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa, Portugal. *A Vanguarda*. Cota do exemplar digitalizado: j-2981-g.
- Dias, Alfredo Gomes. “Do Tráfico dos Escravos à Emigração dos Cules.” *Revista Lusófona de Humanidades e Tecnologias*, n.º 4/5 (2001): 109–117.
- Falguieres, Elodie. “Financial Scandals in France: Historical Construction of Responsibility and Outcomes.” Tese de doutoramento, Universidade Paris-Dauphine, 2021.
- Ferreira, Márcia Rosa dos Reis. “Cultura e Sociabilidades em Macau nos Finais de Oitocentos. O *Echo Macaense* (1893–1899).” Dissertação de mestrado, Universidade do Porto, 2006. <http://hdl.handle.net/10216/25639>.
- Figueiredo, Fidelino de. *Três Meses no Limoeiro: Notas da Prisão*. Lisboa: Depósito-Livraria Bordalo, 1896.
- Hespanha, António Manuel. “O Direito e a Justiça num Contexto de Pluralismo Cultural.” *Administração* 7, n.º 1 (Maio 1994): 7–26.
- Leal, Gomes. *Traços Biographicos de Alves Correia*. Lisboa: Instituto Geral das Artes Graphicas, 1893.

- Lemos, Mário Matos e. *Jornais Diários Portugueses do Século XX: Um Dicionário*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2020.
- Manso, Maria de Deus, e Seabra Leonor. “Novos Escravos no Século XIX: Breves Notas sobre o Tráfico de Cules de Macau para a América Ibérica.” Em *Senhores e Escravos nas Sociedades Ibero-Atlânticas*, 379–392. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa; Universidade dos Açores, 2019.
- Mariano, José Gabriel. “A Procuratura dos Negócios Sínicos (1583–1894).” *O Direito Online* 法, <https://www.odireitoonline.com/a-procuratura-dos-negocios-sinicos-1583-1894.html>.
- Marques, A. H. de Oliveira, ed. *Macau e Timor do Antigo Regime à República*. Vol. 3 de *História dos Portugueses no Extremo Oriente*. Lisboa: Fundação Oriente, 2000.
- Peralta, Beatriz Garcia. “Os Pioneiros do Artigo de Opinião em Portugal. As Colunas Jornalísticas de Ernesto da Silva (1892–1903).” *Revista Portuguesa de História* 51 (2020): 203–221. https://doi.org/10.14195/0870-4147_51_8.
- Pereira, A. J. Gonçalves. *A Minha Auto-Biografia*. Macau: Escola Tipografia do Orfanato da Imaculada Conceição, 1941.
- Reis, Célia. “Conjuntura e Vida Política.” Em *Macau e Timor no Período Republicano*, ed. A. H. de Oliveira Marques, 13–174. Vol. 4 de *História dos Portugueses no Extremo Oriente*. Lisboa: Fundação Oriente, 2003.
- _____. “O Jogo em Macau. A Arrematação de Duas Lotarias no Início do Século XX.” *Ler História*, n.º 77 (2021): 83–105. <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.7407>.
- _____. “Macau no Seu Contexto Internacional. A Visão dos Deputados (1885–1910).” Em *Actas I Congresso de História Contemporânea*, 578–586. Portugal: IHC / CEIS20 / Rede História, 2013.
- _____. “O Poder entre Lisboa e o Oriente — Persistências e Mudanças na Administração, do Ultimato ao Ato Colonial.” Tese de doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, 2018.
- Rodrigues, Ernesto. *O Jornalista Republicano Alves Correia. Antologia*. Vila Real: Grémio Literário Vila-Realense; Câmara Municipal de Vila Real, 2012.
- Saldanha, António Vasconcelos de. *Estudos sobre as Relações Luso-Chinesas*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas; Instituto Cultural de Macau, 1996.
- _____. *Negociações e Acordos Luso-Chineses sobre os Limites de Macau no Século XIX. Contribuição para a Compreensão dos Actuais Limites da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas; Instituto Internacional de Macau, 2010.
- Santos, Vitalino José Matias dos. “António Macieira (1875–1918): Do Ideário Republicano no Jornal *Vanguarda* à Reedição de *O Tempo*.” Dissertação de mestrado, Universidade de Coimbra, 2020.
- Sardica, José. “O Jornalismo e a Intelligentsia Portuguesa nos Finais da Monarquia Constitucional.” *Comunicação & Cultura*, n.º 7 (2009): 17–38. <https://doi.org/10.34632/comunicacaoecultura.2009.473>.
- Silva, Beatriz Basto da. *Emigração de Cules: Dossier Macau 1851–1894*. Macau: Fundação Oriente, 1994.
- Teixeira, Manuel. *A Imprensa Periódica Portuguesa no Extremo Oriente*. Fac-símile da 1.ª edição. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1999.
- Tengarrinha, José. *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. 2.ª edição. Lisboa: Editorial Caminho, 1989.